



PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO ANUAL AO TCE-PA



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P221p Pará. Tribunal de Justiça. Secretaria de Controle Interno

Prestação de contas anual de gestão ao TCE-PA / Tribunal de
Justiça do Estado do Pará; Secretaria de Controle Interno. – Belém,
2018.

41 p.: il.

1. Poder Judiciário - prestação de contas. 2. Tribunal de Contas –
fiscalização. 3. Administração pública – controle. 4. Fiscalização
financeira e orçamentária. I. Título.

CDD 343.034

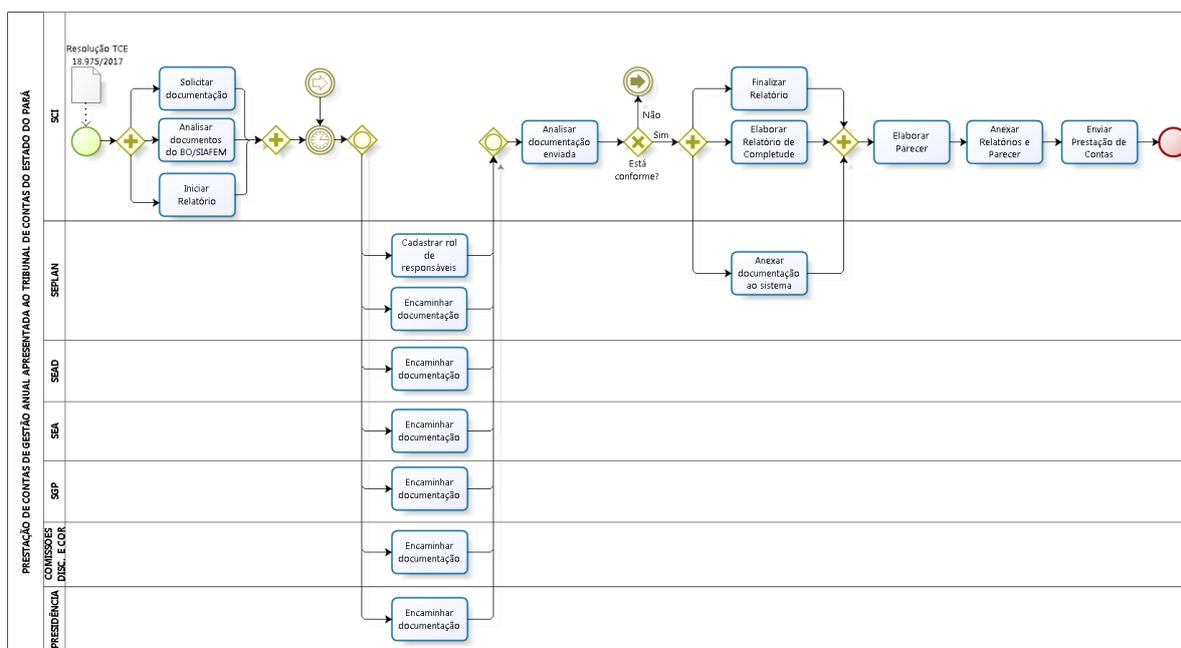


SUMÁRIO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO ANUAL AO TCE-PA.....	1
1 DIAGRAMA 1	4
1.1 PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO ANUAL APRESENTADA AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ	10
1.1.1 Elementos do processo	10
1.1.1.1 <input checked="" type="radio"/> Resolução TCE 18.975/2017	10
1.1.1.2 <input type="checkbox"/> Solicitar documentação	10
1.1.1.3 <input type="checkbox"/> Analisar documentos do BO/SIAFEM	13
1.1.1.4 <input type="checkbox"/> Iniciar Relatório	34
1.1.1.5 <input type="checkbox"/> Analisar documentação enviada	36
1.1.1.6 <input type="checkbox"/> Finalizar Relatório	36
1.1.1.7 <input type="checkbox"/> Elaborar Relatório de Completude	37
1.1.1.8 <input type="checkbox"/> Elaborar Parecer	39
1.1.1.9 <input type="checkbox"/> Anexar Relatórios e Parecer	39
1.1.1.10 <input type="checkbox"/> Enviar Prestação de Contas	40



1 DIAGRAMA 1





ESTRUTURA DO MANUAL

Este trabalho foi estruturado com base no Manual de Procedimentos para Elaboração de Normativos Técnicos e Administrativos – MANUAL BASE, atualizado por meio da Portaria nº 3.124/2016-GP, com a utilização do software BIZAGI para modelagem, diagramação, documentação, validação e publicação dos processos de trabalho utilizando o padrão BPMN.

1 ASSUNTO/OBJETIVO

Define as etapas necessárias para a elaboração e envio da Prestação de Contas Anual de Gestão desta Instituição ao Tribunal de Contas do Estado do Pará - TCE, bem como define o papel das unidades envolvidas, otimizando tempo e pessoal empregado nas rotinas administrativas, evitando fluxos desnecessários e/ou equivocados, orientando e sistematizando os procedimentos relativos às rotinas descritas.

2 FINALIDADE E ÂMBITO DA APLICAÇÃO

Este Manual tem como finalidade orientar o fluxo do processo de Prestação de Contas Anual de Gestão ao TCE, garantindo que as rotinas administrativas sob a responsabilidade da Secretaria de Controle Interno sejam realizadas em consonância com a legislação e normas vigentes, dando aos servidores envolvidos nestas rotinas o suporte necessário para exercer com segurança e presteza as atividades inerentes ao assunto.

3 UNIDADE EXECUTORA

Secretaria de Controle Interno – SCI

4 UNIDADES ENVOLVIDAS

Secretaria de Controle Interno - SCI

Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças - SEPLAN

Secretaria de Administração - SEAD



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00

Data da Última Versão:
20/11/2018

Secretaria de Engenharia e Arquitetura - SEA

Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP

Comissões Disciplinares

Corregedorias de Justiça

Presidência

5 RELAÇÃO COM OUTROS NORMATIVOS

Não há relação com outros normativos.

6 REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA

- **Resolução nº 18.919, de 18/05/2017 do TCE**, que disciplina a apresentação das prestações de contas de gestão e estabelece diretrizes para formalização de processos de contas para fins de análise e julgamento.
- **Resolução nº 18.968, de 14/11/2017 do TCE**, que dispõe sobre a classificação da prestação de contas anual de gestão, a partir do exercício de 2017, a ser encaminhada por cada unidade jurisdicionada.
- **Resolução nº 18.974, de 07/12/2017 do TCE**, que dispõe sobre o sistema de recebimento eletrônico de dados e informações das Unidades Jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado do Pará.
- **Resolução nº 18.975, de 07/12/2017 do TCE**, que dispõe sobre a composição e o encaminhamento da prestação de contas anual de gestão por meio do sistema eletrônico e-Jurisdicionado, módulo Contas de Gestão.

7 DEFINIÇÕES E CONCEITOS BÁSICOS

- **Análise da conformidade** - é a análise da legalidade, legitimidade e economicidade da gestão em relação a padrões normativos e operacionais, expressos nas normas e regulamentos aplicáveis, e da capacidade dos controles internos de identificar e corrigir falhas e irregularidades.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00

Data da Última Versão:
20/11/2018

- **Balanco financeiro** - apresenta toda a movimentação financeira da entidade pública num determinado período. Nessa relação, estão incluídas tanto as transações orçamentárias quanto as não orçamentárias. Esse demonstrativo consta do anexo 13 da Lei 4.320/1964.
- **Balanco orçamentário** - apresenta as receitas e as despesas (orçadas e realizadas) da entidade pública num determinado período. Esse demonstrativo consta do anexo 12 da Lei 4.320/1964.
- **Balanco patrimonial** - apresenta os bens e direitos (o ativo), as obrigações e responsabilidades para com terceiros (o passivo) e o patrimônio líquido da entidade pública num determinado período. Esse demonstrativo consta do anexo 14 da Lei 4.320/1964.
- **Bens imóveis** - aqueles que não podem ser removidos sem perder as suas características/essências.
- **Bens móveis** - aqueles suscetíveis de movimento próprio ou de remoção por força alheia sem que isso altere a sua substância ou destinação econômica.
- **Cargo público** - é aquele ocupado por servidor público.
- **Conciliação bancária** - é o processo que consiste na comparação entre o extrato bancário com as informações de controle financeiro interno da instituição.
- **Contrato de gestão** - ajuste celebrado pelo Poder Público com órgãos e entidades da Administração direta, indireta e entidades privadas qualificadas como organizações sociais, para lhes ampliar a autonomia gerencial, orçamentária e financeira ou para lhes prestar variados auxílios e lhes fixar metas de desempenho na consecução de seus objetivos.
- **Contrato de repasse** - instrumento administrativo, de interesse recíproco, por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00

Data da Última Versão:
20/11/2018

- **Demonstração das variações patrimoniais** - apresenta as mudanças ocorridas no Patrimônio da entidade pública durante o referido exercício social. Esse demonstrativo consta do anexo 15 da Lei 4.320/1964.
- **Demonstrativo de fluxo de caixa** - é um instrumento que relaciona os ingressos e saídas de recursos financeiros em uma instituição em um período determinado.
- **Inventário** - levantamento, em determinado período, de todos os bens e materiais pertencentes à Instituição.
- **Licitação** - é um procedimento administrativo formal que tem como escopo proporcionar à Administração uma aquisição, uma venda, ou uma prestação de serviços da forma mais vantajosa, respeitando-se os princípios constitucionais da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade e publicidade.
- **Memorando** - é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em nível diferente. Trata-se, portanto, de uma forma de comunicação eminentemente interna.
- **Processo administrativo disciplinar - PAD** - é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.
- **Restos a pagar** - despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro, estando a sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes, com base na legislação vigente. Distingue-se dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas); e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).
- **Sindicância** - procedimento investigativo, sendo incabível a apresentação de defesa, visto que somente pode haver defesa após a formalização de



acusação, e esta somente se formaliza quando da instauração do processo administrativo disciplinar.

- **Termo de colaboração** - meio pelo qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil – OSC, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, propostas pela administração pública, que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- **Termo de parceria** - é o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como OSC de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público.
- **Tomada de contas especial** - é um processo administrativo devidamente formalizado, com rito próprio, para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública a fim de obter o respectivo ressarcimento.
- **Transferência de recursos** - compreendem a entrega de recursos, correntes ou de capital, podendo ser voluntárias, nesse caso destinadas à cooperação, auxílio ou assistência, ou decorrentes de determinação legal.
- **Vigência do contrato** - é uma qualidade temporal da norma, o prazo com que se delimita o seu período de validade.

8 COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

8.1 UNIDADE GESTORA

Divisão de Auditoria

8.2 SECRETARIA RESPONSÁVEL

Secretaria de Controle Interno - SCI



1.1 PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO ANUAL APRESENTADA AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

1.1.1 ELEMENTOS DO PROCESSO

1.1.1.1 Resolução TCE 18.975/2017

Descrição

O dever de prestar contas decorre da Constituição Federal (art. 70, parágrafo único), e impõe-se a qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos.

A prestação de contas tem por finalidade demonstrar que os objetivos propostos foram cumpridos (resultados) e que os atos e processos guardaram adequação (conformidade) com as regras e princípios estabelecidos em um contexto mais amplo.

A partir do ano de 2018, o TCE passou a receber eletronicamente as prestações de contas anuais de gestão de seus jurisdicionados mediante sistema disponibilizado em seu [portal da internet](#).

1.1.1.2 Solicitar documentação

Descrição

Solicitar das unidades gestoras responsáveis, por meio de memorando ou outro instrumento de comunicação institucional, a seguinte documentação:

1. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS - SEPLAN:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00

Data da Última Versão:
20/11/2018

1.1. Balanço orçamentário (formato .pdf)

Quadro principal

Quadro da execução dos restos a pagar não processados

Quadro da execução dos restos a pagar processados

1.2. Balanço financeiro (formato .pdf)

1.3. Balanço patrimonial (formato .pdf)

Quadro principal

Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes

Quadro das contas de compensação (controle)

Quadro do superávit / déficit financeiro

1.4. Demonstração das variações patrimoniais (formato .pdf)

Modelo sintético

Modelo analítico

1.5. Demonstração dos fluxos de caixa (formato .pdf)

Quadro principal

Quadro de receitas derivadas e originárias

Quadro de transferências recebidas e concedidas

Quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função e

Quadro de juros e encargos da dívida conforme MCASP

1.6. Relação de todas as contas bancárias ainda que não movimentadas no exercício (formato .xls – modelo M.01)

1.7. Extratos bancários mensais (formato .pdf)

1.8. Conciliações bancárias anuais (formato .xls – modelo M.02)

1.9. Rol de responsáveis, identificando CPF, endereço, natureza da responsabilidade, período exercido e montante dispendido (formulário do sistema e-Jurisdicionado)

1.10. Relatório de desempenho da gestão (formato .pdf)

Resultados físicos e financeiros obtidos com programa finalístico fixados na LOA

Ações promovidas na busca pelo cumprimento da missão institucional e desempenho da gestão



1.11. Relação das transferências de recursos mediante convênio, termo de fomento e termo de colaboração celebrados, vigentes e expirados no exercício (formato .xls – modelo M.04)

1.12. Relação das tomadas de contas especiais dispensadas, instauradas ou arquivadas no exercício, conforme Resolução nº 18.784/2016 (formato .xls – modelo M.05)

1.13. Relação das transferências de recursos mediante Termos de Parceria celebrados, vigentes e expirados no exercício (formato .xls – modelo M.06)

1.14. Relação das transferências de recursos mediante Contratos de Gestão celebrados, vigentes e expirados no exercício (formato .xls – modelo M.07)

1.15. Relação das transferências de recursos mediante Contratos de Repasse celebrados, vigentes e expirados no exercício (formato .xls – modelo M.08)

1.16. Relação dos decretos de alterações orçamentárias (formato .xls – modelo M.18)

1.17. Demonstrativo de acompanhamento das determinações emitidas pelos órgãos de controle nos últimos 3 (três) anos, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento (formato .xls – modelo M.19)

2. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD:

2.1. Inventário de bens móveis (formato .pdf)

2.2. Inventário de bens imóveis (formato .pdf)

2.3 Demonstrativo das alterações relativas às aquisições e baixas de bens móveis, com as respectivas especificações, inclusive valores (formato .pdf)

2.4. Relação das licitações por modalidade (formato .xls – modelo M.09)

2.5. Relação das dispensas e inexigibilidades de licitação (formato .xls – modelo M.10)

2.6. Relação dos contratos vigentes (formato .xls – modelo M.11)

3. SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - SEA:

3.1. Relação das obras e serviços de engenharia realizados ou em andamento no exercício (formato .xls – modelo M.12)



4. SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP:

4.1. Relação dos cargos existentes (formato .xls – modelo M.13)

5. COMISSÕES DISCIPLINARES E CORREGEDORIAS DE JUSTIÇA:

5.1. Relação dos procedimentos administrativos disciplinares e sindicâncias (formato .xls – modelo M.14)

6. PRESIDÊNCIA:

6.1. Relação das alterações das normas específicas que regem o órgão ou a entidade ocorridas no exercício (formato .xls – modelo M.17)

As unidades acima relacionadas deverão ser informadas acerca da data limite para envio da documentação à Secretaria de Controle Interno.

1.1.1.3 Analisar documentos do BO/SIAFEM

Descrição

Para ter informações quanto ao orçamento destinado ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJPA, é necessário e seguir os passos abaixo descritos:

Quanto ao acesso:

1º passo: Acesse o site <http://www.seplan.pa.gov.br>.



2º passo: Selecione a opção "Orçamento".

3º passo: Selecione a opção "Lei Orçamentária Anual – LOA".



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00

Data da Última Versão:
20/11/2018



4º passo: Selecione o ano orçamentário, objeto de estudo.



5º passo: Selecione a opção “Lei OGE”.



A Lei Orçamentária Geral do Estado está em ordem alfabética quanto às suas unidades administrativas. Por este motivo, normalmente, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará se encontra no volume II do Orçamento Geral do Estado – OGE.

6º passo: Selecione a opção “OGE Vol II”.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00
Data da Última Versão: 20/11/2018



O usuário terá acesso ao Orçamento Geral Anual do Estado do Pará.



Nesta tela, o usuário terá informações detalhadas quanto à fonte e aplicação dos recursos.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO									
Tribunal de Justiça do Estado									
R\$ 1,00									
Especificação	Total	Recursos Ordinários	Recursos Suplementares	Recursos Canc. Dot.	Recursos Suplementares	Recursos Canc. Dot.	Recursos Suplementares	Recursos Canc. Dot.	Recursos Suplementares
0001 Tribunal de Justiça do Estado	1.074.804.000	760.000.000	0	0	294.804.000	41.000.000	0	0	0
0101 Recursos Ordinários	800.000.000	760.000.000	0	0	110.768.000	0	0	0	0
0102 Recursos Provenientes de Transferências -	274.804.000	0	0	0	0	274.804.000	0	0	0
Condições e Custos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0103 Receita Patrimonial - Capital Patrimonial	20.000.000	0	0	0	0	0	20.000.000	0	0
0104 Recursos Provenientes de Fundo de	168.000.000	0	0	0	184.036.000	0	0	0	0
Resarcimento de Danos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resarcimento de Danos	168.000.000	0	0	0	184.036.000	0	0	0	0
Total	1.074.804.000	760.000.000	0	0	294.804.000	41.000.000	0	0	0

Para ter informações quanto ao Orçamento no sistema *Business Object* - BO, é necessário seguir os passos abaixo descritos:

No campo “Classes e objetos”, selecionar na opção “DESPESA” os objetos: “Dotação Inicial”; “Suplementado”, “Canc. Dot. Inicial/Suplementado”; “Movimento Crédito”; “Empenhado”; “Liquidado” e “Pago”.



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00

Data da Última Versão:
20/11/2018

Quanto ao levantamento dos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, da Demonstração das Variações Patrimoniais e da Demonstração dos Fluxos de Caixa no SIAFEM.

1º Passo: Após fazer o *login* no SIAFEM, o usuário deverá selecionar com um “X” a opção CONTAB e teclar “ENTER”.

```
__ SIAFEM2017 ( SIS INT DE ADMINIST FINANCEIRA )
USUARIO: LAISE
SIAFEM - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA-AMBIENTE DE PRODUCAO17

MARQUE COM 'X' A OPCAO DESEJADA E TECLE 'ENTER'

( - ) AUDICON  AUDITORIA E CONTROLE
( - ) CADBASICO CADASTROS BASICOS
( - ) CODBARRAS NOVAS OB-COD.BARRAS/GPS/LISTA
( X ) CONTAB   CONTABILIDADE
( - ) EXEFIN   EXECUCAO FINANCEIRA
( - ) EXEORC   EXECUCAO ORCAMENTARIA
( - ) GOVPARA  GOVERNO DO ESTADO DO PARA
( - ) TABELAS  TABELAS
( - ) TABORCA  TABELAS ORCAMENTARIAS

COMANDO ==>
FF1=AJUDA  FF3=SAIDA
```

2º Passo: O usuário deverá selecionar com um “X” a opção CONSULTAS e teclar “ENTER”.

```
__ SIAFEM2017-CONTAB ( CONTABILIDADE )
USUARIO: LAISE

MARQUE COM 'X' A OPCAO DESEJADA E TECLE 'ENTER'

( X ) CONSULTAS  CONSULTAS

COMANDO ==>
FF1=AJUDA  FF3=SAIDA
```

3º Passo: O usuário deverá selecionar com um “X” a opção CONSULTAS e teclar “ENTER”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00
Data da Última Versão: 20/11/2018

```
SIAPEM2017-CONTAB,CONSULTAS ( CONSULTAS )
USUARIO: LAISE

MARQUE COM 'X' A OPCAO DESEJADA E TECLA 'ENTER'

( - ) -> BALANCETE BALANCETE CONTABIL
( - ) -> BALANCETEG BALANCETE GERAL DO ESTADO
( X ) -> BALANSINT BALANCO SINTETICO POR ORGAO
( █ ) -> BALANSINTV BALANCO SINTETICO-VER.ANTERIOR
( - ) -> CONDETAUG BALANCETE DETALHADO POR UG
( - ) -> CONINCONS CONSULTA CONTAS INCONSISTENTES
( - ) -> CONSALDO CONSULTA SALDO INVERT./DIF.
( - ) -> DETABALAN DETALHA BALACETE
( - ) -> DETACONTA DETALHA CONTA CONTABIL CONTINUA

COMANDO ==> _____

F1=AJUDA F3=SAIDA
```

Conforme a Resolução TCE nº 18.968/2017, a Prestação de Contas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA é classificada como Agregada, em virtude de o TJPA possuir 2 (duas) Unidades Gestoras – UG: UG 040101 – TJE e UG 040102 – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ) – Lei Complementar nº 021/1994.

Por esse motivo, o TJPA possui Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração de Fluxo de Caixa, individualizados para cada UG.

4º Passo: para obter o Balanço Orçamentário o usuário deverá preencher:

- o campo “Unidade Gestora” com o número 040101 ou 040102;
- o campo “Gestão” sempre com o número 00001;
- o campo “Mês de referência” sempre com a expressão “DEZ”, visto a necessidade de obter os demonstrativos finalizados, quanto a gestão;
- o campo “Tipo de balanço” com o número 4; e
- teclar “ENTER” duas vezes.

```
SIAPEM2017-CONTAB,CONSULTAS,BALANSINT ( BALANCO SINTETICO POR ORGAO )
CONSULTA EM 09/10/2018 AS 12:19 USUARIO : LAISE

DCASP 7a EDIÇÃO

ORGAO :
UNIDADE GESTORA : 040101
GESTAO : 00001
MES DE REFERENCIA : DEZ
TIPO DE BALANCO : 4
1 - BALANCO FINANCEIRO
2 - BALANCO PATRIMONIAL
3 - VARIACAO PATRIMONIAL
4 - BALANCO ORCAMENTARIO
5 - DEMONSTRACAO DOS FLUXOS DE CAIXA
8 - DEMONSTRACAO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

TIPO DE ADMINISTRACAO: - 1 - DIRETA 2 - DIRETA + FUNDOS
3 - AUTARQUIA 4 - FUNDACAO
5 - EMPRESA PUBLICA 6 - ECONOMIA MISTA
7 - FUNDOS

TIPO DE PODER : - 1-Executivo 2-Legislativo 3-Judiciário 4-Min.Público

NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO: █ (7a Edição)
```



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00
Data da Última Versão: 20/11/2018

A Resolução TCE nº 18.975/2018 relaciona como documento obrigatório o Balanço Orçamentário, conforme Lei nº 4.320/64 e MCASP, contendo: Quadro Principal; Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

5º Passo: na tela 1, o usuário terá informações quanto às receitas realizadas no exercício e o superávit financeiro. Clicar no botão “ENTER” para avançar.

```
SIAPEN017-CONTAS,CONSULTAS,BALANSINT ( BALANÇO SINTETICO POR ORGAO )
DADOS REFERENTES A : AS USUARIO : LAISE
REFERENCIA : DEZEMBRO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO TELA : 1
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
UG : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ES GESTAO : 00001 - GOVERNO DO ES RECEITA
```

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	FREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
Recursos Arrec. em Exerc.Ant(III)		
SUBTOTAL DAS RECEITAS(IV)=(I+II+III)		
OPERAÇÕES CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(V)		
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMEN(VI)=(IV+V)		
DÉFICIT (VII)		997.966.704,94
TOTAL (VIII)=(VI+VII)		997.966.704,94
SALDOS EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS P/ CRÉDITOS ADICIONAIS)		
Superávit Financeiro		
Reabertura de Créditos Adicionais		
SUPERAVIT FINANCEIRO	34.329.061,62	53.267.978,00

PF3/PF15=SAI PF7/PF19=VOLTA PF8/PF20/ENTER=AVANCA PF11/PF24=RETORNA

6º Passo: na tela 2, o usuário terá informações quanto às despesas orçamentárias, dotação atualizada e despesa empenhada. Clicar no botão “ENTER” para avançar.

```
SIAPEN017-CONTAS,CONSULTAS,BALANSINT ( BALANÇO SINTETICO POR ORGAO )
DADOS REFERENTES A : AS USUARIO : LAISE
REFERENCIA : DEZEMBRO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO TELA : 2
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
UG : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ES GESTAO : 00001 - GOVERNO DO ES DESPESA
```

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA
DESPESAS CORRENTES(IX)	1.033.722.875,09	997.966.704,94
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	937.902.889,33	917.873.205,29
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	95.819.985,76	80.093.499,65
DESPESAS DE CAPITAL(X)	27.866.697,92	
INVESTIMENTOS	27.106.697,92	
INVERSOES FINANCEIRAS	760.000,00	
SUBTOTAL DESPESAS(XIII)=(IX+X+XI+XII)	1.061.589.573,01	997.966.704,94
AMORTIZ DIVIDA/REFINANCI(XIV)		
SUBTOTAL C/ REFINANCI(XV)=(XIII+XIV)	1.061.589.573,01	997.966.704,94
SUPERÁVIT (XVI)		
TOTAL (XVII)=(XV+XVI)	1.061.589.573,01	997.966.704,94

PF3/PF15=SAI PF7/PF19=VOLTA PF8/PF20/ENTER=AVANCA PF11/PF24=RETORNA

7º Passo: na tela 3, o usuário terá informações quanto à execução dos Restos a Pagar Não Liquidados do exercício anterior e os pagos. Clicar no botão “ENTER” para avançar.



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00

Data da Última Versão:
20/11/2018

```
SIAPEN2017-CONTAS,CONSULTAS,BALANSINT ( BALANÇO SINTETICO POR ORGAO )
DADOS REFERENTES A :          AS          USUARIO : LAISE
REFERENCIA : DEZEMBRO          BALANÇO ORÇAMENTÁRIO          TELA : 3
                                ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
UG : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ES GESTAO : 00001 - GOVERNO DO ES DESPESA

EXECUÇÃO DE RPN LIQUIDADOS          DEZ EXE ANTERIOR          PAGOS
DESPESAS CORRENTES                  5.018.110,56          4.620.780,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS          4.129.121,81          3.815.747,65
OUTRAS DESPESAS CORRENTES          888.988,75           805.032,56
TOTAL                                5.018.110,56          4.620.780,21

PF3/PF15=SAI PF7/PF19=VOLTA PF8/PF20/ENTER=AVANCA PF11/PF24=RETORNA
```

8º Passo: na tela 4, o usuário terá informações quanto às receitas orçamentárias, previsão atualizada e receitas realizadas. Clicar no botão “ENTER” para avançar.

```
SIAPEN2017-CONTAS,CONSULTAS,BALANSINT ( BALANÇO SINTETICO POR ORGAO )
DADOS REFERENTES A :          AS          USUARIO : LAISE
REFERENCIA : DEZEMBRO          BALANÇO ORÇAMENTÁRIO          TELA : 4
                                ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
UG : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ES GESTAO : 00001 - GOVERNO DO ES RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS          PREVISÃO ATUALIZADA          RECEITAS REALIZADAS

PF3/PF15=SAI PF7/PF19=VOLTA PF8/PF20/ENTER=AVANCA PF11/PF24=RETORNA
```

A Resolução TCE nº 18.975/2018 relaciona como documento obrigatório o Balanço Financeiro, conforme Lei nº 4.320/64 e MCASP.

9º Passo: para obter o Balanço Financeiro o usuário deverá preencher:

- o campo “Unidade Gestora” com o número 040101 ou 040102;
- o campo “Gestão” sempre com o número 00001;
- o campo “Mês de referência” sempre com a expressão “DEZ”, visto a necessidade de obter os demonstrativos finalizados, quanto a gestão;
- o campo “Tipo de balanço” com o número 1; e
- teclar “ENTER” duas vezes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00
Data da Última Versão: 20/11/2018

```
SIAPEM2017-CONTAS,CONSULTAS,BALANSINT ( BALANCO SINTETICO POR ORGAO )
CONSULTA EM 09/10/2018 AS 12:13 USUARIO : LAISE
DCASP 7a EDIÇÃO
ORGAO :
UNIDADE GESTORA : 040101
GESTAO : 00001
MES DE REFERENCIA : DEZ
TIPO DE BALANCO : 1
1 - BALANCO FINANCEIRO
2 - BALANCO PATRIMONIAL
3 - VARIACAO PATRIMONIAL
4 - BALANCO ORCAMENTARIO
5 - DEMONSTRACAO DOS FLUXOS DE CAIXA
8 - DEMONSTRACAO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
TIPO DE ADMINISTRACAO: ..
1 - DIRETA 2 - DIRETA + FUNDOS
3 - AUTARQUIA 4 - FUNDACAO
5 - EMPRESA PUBLICA 6 - ECONOMIA MISTA
7 - FUNDOS
TIPO DE PODER : .. 1-Executivo 2-Legislativo 3-Judiciário 4-Min.Público
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO: 1 (7a Edição)
```

10º Passo: na tela 1, o usuário terá informações quanto aos ingressos realizados no exercício. Clicar no botão “ENTER” para avançar.

```
SIAPEM2017-CONTAS,CONSULTAS,BALANSINT ( BALANCO SINTETICO POR ORGAO )
LOGICAO ATE: 26ABR2018 AS 21:31 USUARIO : LAISE
UNIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO
GESTAO: 00001 GOVERNO DO ESTADO DO PARA TELA: 1
REFERENCIA: DEZEMBRO
BALANCO-FINANCEIRO 6a Edição
INGRESSOS
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II) 993.673.072,89
TRANSF.RECEBIDAS P/EXECUCAO ORCAMENTARIA 993.673.072,89
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS (III) 516.453.335,76
CONSIGNACOES 362.722.261,53
RESTOS A PAGAR DO EXERCICIO-INSCRICAO 11.141.336,22
RECURSOS FINANCEIROS DIFERIDOS 142.419.373,94
GANHOS COM A DESINCORPORACAO DE PASSIVOS 170.364,07
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR (IV) 39.629.255,32
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA 39.609.569,01
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VAL.VINCULADOS 19.686,31
TOTAL (V) = (I+II+III+IV) 1.549.755.663,97
```

11º Passo: na tela 2, o usuário terá informações quanto à despesa orçamentária do exercício. Clicar no botão “ENTER” para avançar.

```
UNIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO TELA: 2
DISPENDIOS
DESPESA ORCAMENTARIA(VI) 997.966.704,94
ORDINARIA 889.860.530,07
RECURSOS ORDINARIOS DO TESOUREO ESTADUAL 889.860.530,07
VINCULADA 108.106.174,87
REC.DESTINADOS A PREVIDENCIA SOCIAL-RPPS 100.174.498,52
OUTRAS DESTINACOES DE RECURSOS 7.931.676,35
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII) 7.696.738,34
TRANSF.CONCEDIDAS P/EXECUCAO ORCAMENTARIA 3.002.993,25
TRANSF.CONCEDIDAS P/APORTES RECURSOS P/O RPPS 4.693.835,09
PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS (VIII) 503.100.001,93
CONSIGNACOES 355.889.483,71
RESTOS A PAGAR DE EXEC.ANTERIOR - BAIXA 4.791.144,28
RECURSOS FINANCEIROS DIFERIDOS 142.419.373,94
SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE (IX) 40.992.218,76
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA 40.972.532,45
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VAL.VINCULADOS 19.686,31
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX) 1.549.755.663,97
```



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00
Data da Última Versão: 20/11/2018

A Resolução TCE nº 18.975/2018 relaciona como documento obrigatório a Demonstração dos Fluxos de Caixa, conforme MCASP, contendo: Quadro Principal; Quadro de Receitas Derivadas e Originárias; Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas; Quadro de Desembolso de Pessoal e Demais Despesas por Função; e Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

12º Passo: para obter a Demonstração dos Fluxos de Caixa o usuário deverá preencher:

- o campo “Unidade Gestora” com o número 040101 ou 040102;
- o campo “Gestão” sempre com o número 00001;
- o campo “Mês de referência” sempre com a expressão “DEZ”, visto a necessidade de obter os demonstrativos finalizados, quanto a gestão;
- o campo “Tipo de balanço” com o número 5; e
- teclar “ENTER” duas vezes.

```
SIAPEN017-CONTAB,CONSULTAS,BALANSINT ( BALANCO SINTETICO POR ORGAO )
CONSULTA EM 09/10/2018 AS 13:38 USUARIO : LAISE
                                DCASP 7ª EDIÇÃO
ORGAO :
UNIDADE GESTORA : 040101
GESTAO : 00001
MES DE REFERENCIA : DEZ
TIPO DE BALANCO : 5
                                1 - BALANCO FINANCEIRO
                                2 - BALANCO PATRIMONIAL
                                3 - VARIACAO PATRIMONIAL
                                4 - BALANCO ORCAMENTARIO
                                5 - DEMONSTRACAO DOS FLUXOS DE CAIXA
                                6 - DEMONSTRACAO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
TIPO DE ADMINISTRACAO: _
                                1 - DIRETA                2 - DIRETA + FUNDOS
                                3 - AUTARQUIA              4 - FUNDACAO
                                5 - EMPRESA PUBLICA      6 - ECONOMIA MISTA
                                7 - FUNDOS
TIPO DE PODER : _ 1-Executivo 2-Legislativo 3-Judiciário 4-Min.Público
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO: █ (7ª Edição)
```

13º Passo: na tela 1, o usuário terá informações quanto aos ingressos e desembolsos dos fluxos de caixa das atividades operacionais. Clicar no botão “ENTER” para avançar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00
Data da Última Versão: 20/11/2018

```
■ SIAFEM2017-CONTAS,CONSULTAS,BALANSINT ( BALANCO SINTETICO POR ORGAO )
POSICAO ATE: 26ABR2018 AS 22:45                USUARIO : LAISE
UNIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO
GESTAO: 00001 GOVERNO DO ESTADO DO PARA        TELA: 1
REFERENCIA: DEZEMBRO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
INGRESSOS                                1.498.985.072,43
  TRANSFERENCIAS CORRENTES RECEBIDAS      993.673.072,89
  OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS          505.311.999,54

DESEMBOLSOS                               1.497.622.108,99
  PESSOAL E DEMAIS DESPESAS               986.825.368,72
  TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS               7.696.738,34
  OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS        503.100.001,93

Fluxo de caixa liquido das atividades operacionais(I) 1.362.963,44
```

14º Passo: na tela 2, o usuário terá informações quanto ao fluxo de caixa líquido das atividades de investimento. Clicar no botão “ENTER” para avançar.

```
■ REFERENCIA: DEZEMBRO                TELA: 2
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de caixa liq. das atividades de investimentos(II) 0,00
```

15º Passo: na tela 3, o usuário terá informações quanto ao fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento. Clicar no botão “ENTER” para avançar.

```
■ REFERENCIA: DEZEMBRO                TELA: 3
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de caixa liq. das atividades de financiamento(III) 0,00
GERAÇÃO LIQ.DE CAIXA E EQUIV. CAIXA(I+II+III) 1.362.963,44
Caixa e Equivalentes de caixa inicial 39.609.569,01
Caixa e Equivalentes de caixa final 40.972.532,45
```



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00
Data da Última Versão: 20/11/2018

16º Passo: na tela 4, o usuário terá informações quanto às receitas intragovernamentais derivadas e originadas e às transferências concedidas. Clicar no botão “ENTER” para avançar.

REFERENCIA: DEZEMBRO DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA TELA: 4

QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	
INTRAGOVERNAMENTAIS	993.673.072,89
Total das Transferências Recebidas	993.673.072,89
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	
INTRAGOVERNAMENTAIS	7.696.738,34
Total das Transferências Concedidas	7.696.738,34

17º Passo: na tela 5, o usuário terá informações quanto ao desembolso de pessoal e demais despesas por função. Clicar no botão “ENTER” para avançar.

REFERENCIA: DEZEMBRO DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA TELA: 5

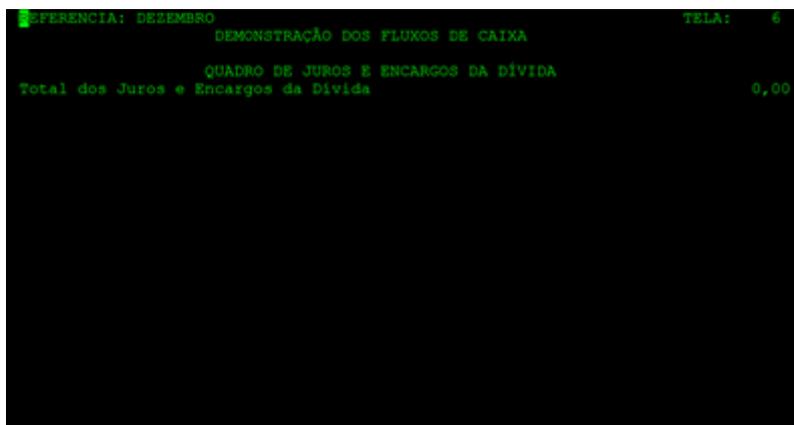
QUADRO DE DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	
02-JUDICIARIA	881.962.761,83
09-PREVIDENCIA SOCIAL	104.862.606,89
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	986.825.368,72

18º Passo: na tela 6, o usuário terá informações quanto ao juros e encargos da dívida. Clicar no botão “ENTER” para avançar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00
Data da Última Versão: 20/11/2018



A Resolução TCE nº 18.975/2018 relaciona como documento obrigatório o Balanço Patrimonial, conforme a Lei nº 4.320/64 e MCASP, contendo: Quadro Principal; Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; Quadro das Contas de Compensação (controle); e Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

19º Passo: para obter o Balanço Patrimonial o usuário deverá preencher:

- o campo “Unidade Gestora” com o número 040101 ou 040102;
- o campo “Gestão” sempre com o número 00001;
- o campo “Mês de referência” sempre com a expressão “DEZ”, visto a necessidade de obter os demonstrativos finalizados, quanto a gestão;
- o campo “Tipo de balanço” com o número 2; e
- teclar “ENTER” duas vezes.



20º Passo: na tela 1, o usuário terá informações quanto ao ativo circulante. Clicar no botão “ENTER” para avançar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00
Data da Última Versão: 20/11/2018

```

SIAPEM2017-CONTAB,CONSULTAS,BALANSINT ( BALANCO SINTETICO POR ORGAO )
POSICAO ATE: 26ABR2018 AS 21:31          USUARIO : LAISE
UNIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO
GESTAO: 00001 GOVERNO DO ESTADO DO PARA          TELA: 1
REFERENCIA: DEZEMBRO
BALANCO PATRIMONIAL

                ATIVO
ATIVO CIRCULANTE
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA                40.972.532,45
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO      19.686,31
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE                    40.992.218,76
ATIVO NAO CIRCULANTE
IMOBILIZADO                                  96.266.162,63
TOTAL DO ATIVO NAO CIRCULANTE                96.266.162,63
TOTAL DO ATIVO                               137.258.381,39

```

21º Passo: na tela 2, o usuário terá informações quanto ao passivo circulante e patrimônio líquido. Clicar no botão “ENTER” para avançar.

```

UNIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO          TELA: 2
                PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO
PASSIVO CIRCULANTE
OBRIG.TRAB,PREVID.E ASSIST.A PAGAR A C.PRAZO  10.676.435,01
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO  775.446,41
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO              7.114.960,96
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE                  18.566.742,38
TOTAL DO PASSIVO                             18.566.742,38
PATRIMONIO LIQUIDO
RESULTADOS ACUMULADOS                        118.691.639,01
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO                  118.691.639,01
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO       137.258.381,39

```

22º Passo: na tela 3, o usuário terá informações quanto aos ativos e passivos financeiros e permanentes. Clicar no botão “ENTER” para avançar.

```

UNIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO          TELA: 3
                QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES
ATIVO (I)
ATIVO FINANCEIRO                             40.992.218,76
ATIVO PERMANENTE                             96.266.162,63
TOTAL DO ATIVO                               137.258.381,39
PASSIVO (II)
PASSIVO FINANCEIRO                           18.483.163,46
PASSIVO PERMANENTE                           83.578,92
TOTAL DO PASSIVO                             18.566.742,38
SALDO PATRIMONIAL(III)=(I-II)                118.691.639,01

```



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00
Data da Última Versão: 20/11/2018

23º Passo: na tela 4, o usuário terá informações quanto às contas de compensação, em seus atos potenciais ativos e passivos. Clicar no botão “ENTER” para avançar.

```
UNIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO          TELA: 4
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO
ATOS POTENCIAIS ATIVOS
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS                19.686,31
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS                      19.686,31
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS
OBRIGACOES CONTRATUAIS                               10.758.776,77
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS                   10.758.776,77
```

24º Passo: na tela 5, o usuário terá informações quanto ao déficit ou superávit financeiro. Clicar no botão “ENTER” para avançar.

```
UNIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO          TELA: 5
QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
FUNTE DE RECURSOS
01-RECURSOS ORDINARIOS DO TESOUREO ESTADUAL          14.251.523,41
13-REC.DESTINADOS A PREVIDENCIA SOCIAL-RPPS         2.944.514,10
15-REC.PROV.DE TRANSFERENCIAS-CONVENIOS E OUT        46.474,14
16-RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DA ADM.DIRETA       61.929,96
50-OUTRAS DESTINACOES DE RECURSOS                   5.204.613,69
Total das Fontes de Recursos                          22.509.055,30
```

Existem outras duas formas de identificar/ratificar, via SIAFEM, o déficit ou superávit financeiro. Vamos ao passo a passo da 1ª forma:

25º Passo: O usuário deverá selecionar com um “X” a opção CONTAB e teclar “ENTER”.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00
Data da Última Versão: 20/11/2018

```
__ SIAPEM2017 ( SIS INT DE ADMINIST FINANCEIRA )
USUARIO: LAISE
SIAPEM - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA-AMBIENTE DE PRODUCAO17

MARQUE COM 'X' A OPCAO DESEJADA E TECLE 'ENTER'

( - ) AUDICON      AUDITORIA E CONTROLE
( - ) CADBASICO   CADASTROS BASICOS
( - ) CODBARRAS   NOVAS OB-COD.BARRAS/GPS/LISTA
( X ) CONTAS      CONTABILIDADE
( ) EXEFIN       EXECUCAO FINANCEIRA
( - ) EXEORC      EXECUCAO ORCAMENTARIA
( - ) GOVPARA     GOVERNO DO ESTADO DO PARA
( - ) TABELAS     TABELAS
( - ) TABORCA     TABELAS ORCAMENTARIAS

COMANDO ==>

PF1=AJUDA  PF3=SAIDA
```

26º Passo: O usuário deverá selecionar com um “x” a opção CONSULTAS e teclar “ENTER”.

```
__ SIAPEM2017-CONTAB ( CONTABILIDADE )
USUARIO: LAISE

MARQUE COM 'X' A OPCAO DESEJADA E TECLE 'ENTER'

( X ) CONSULTAS CONSULTAS

COMANDO ==>

PF1=AJUDA  PF3=SAIDA
```

27º Passo: O usuário deverá selecionar com um “x” a opção BALANCETE e teclar “ENTER”.

```
__ SIAPEM2017-CONTAB,CONSULTAS ( CONSULTAS )
USUARIO: LAISE

MARQUE COM 'X' A OPCAO DESEJADA E TECLE 'ENTER'

( X ) -> BALANCETE BALANCETE CONTABIL
( ) -> BALANCETEG BALANCETE GERAL DO ESTADO
( - ) -> BALANSINT BALANCO SINTEICO POR ORGAO
( - ) -> BALANSINTV BALANCO SINTEICO-VER.ANTERIOR
( - ) -> CONDETAUG BALANCETE DETALHADO POR UG
( - ) -> CONINCONS CONSULTA CONTAS INCONSISTENTES
( - ) -> CONSALDO CONSULTA SALDO INVERT./DIF.
( - ) -> DETABALAN DETALHA BALACETE
( - ) -> DETACONTA DETALHA CONTA CONTABIL CONTINUA

COMANDO ==>

PF1=AJUDA  PF3=SAIDA
```



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00
Data da Última Versão: 20/11/2018

28º Passo: o usuário deverá preencher:

- o campo “Unidade Gestora” com o número 040101 ou 040102;
- o campo “Gestão” sempre com o número 00001;
- o campo “Mês de referência” sempre com a expressão “DEZ”, visto a necessidade de obter os demonstrativos finalizados, quanto a gestão;
- o campo “Conta Inicial p/ Consulta” com o número “821110000”;
- o campo “Valores do Balancete” com a letra “A”;
- o campo “Demonstração Pretendida” com o número “2”; e
- teclar “ENTER” duas vezes.

```
SIAPEM2017-CONTAB,CONSULTAS,BALANCETE ( BALANCETE CONTABIL )
CONSULTA EM 10/10/2018 AS 15:50 USUARIO: LAISE

ORGAO OU SUBORGAO :
UNIDADE GESTORA : 040101
GESTAO : 00001
MES/ANO DE REFERENCIA : DEZ 2017

CONTA INICIAL P/CONSULTA : 821110000
VALORES DO BALANCETE : A A = ACUMULADO
M = NO MES

DEMONSTRACAO PRETENDIDA : 2 1 = CONTA CONTABIL
2 = CONTA CORRENTE

DESEJA CONSULTAR CONTA COM SALDO ZERO ? (S/N) S
DESEJA CONSULTAR SOMENTE CONTAS COM SALDO INVERTIDO ? (S/N) N

o3317205
```

29º Passo: O usuário deverá detalhar a linha 01, preenchendo com “01” o campo “Linha (LI) para detalhar” ao fim da tela e teclar “ENTER”.

```
SIAPEM2017-CONTAB,CONSULTAS,BALANCETE ( BALANCETE CONTABIL )
CONSULTA EM 10/10/2018 AS 15:51 USUARIO: LAISE
UNIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO TELA: 1
GESTAO : 00001 - ADMINISTR DIRETA
ATE O MES : DEZEMBRO - ENCERRADO POSICAO EM 10OUT2018 AS 15:51
DEMONSTRATIVO DA CONTA CORRENTE A PARTIR DA CONTA : 82111.00.00

LI SALDO EXERCICIO ANTERIOR MOVIMENTO DEVEDOR MOVIMENTO CREDOR SALDO ATUAL
82111.00.00 = DISPONIBILIDADE P/DESTINACAO DE RECURSOS
01 0101000000 0,00 1134511554,44 1147002415,80 12490861,36C
02 0101002512 0,00 4690296,05 4696022,77 5726,72C
03 0112000000 0,00 6334843,91 9507910,39 3173066,48C
04 0254002992 0,00 17463533,99 17718954,85 255420,86C
05 0258002992 0,00 114755788,62 114858678,20 102889,58C
06 0301000000 2378330,57C 23100000,00 20743494,23 21824,80C
LINHA(LI) PARA DETALHAR : 01
```



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00
Data da Última Versão: 20/11/2018

30º Passo: Nesta tela, o usuário poderá fazer uma análise mais detalhada, por conta, dos recursos que originaram o déficit ou o superávit financeiro.

```
SIAFEM2017-CONTAB,CONSULTAS,BALANCETE ( BALANCETE CONTABIL )
CONSULTA EM 10/10/2018 AS 15:52      TELA: 001      USUARIO: LAISE
UNIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO
GESTAO          : 00001 - GOVERNO DO ESTADO DO PARA
POSICAO         : DEZEMBRO - ANO ENCERRADO
CONTA           : 821110000 - = DISPONIBILIDADE P/DESTINACAO DE RECURSOS
LI CONTA CORRENTE CONTABIL          S A L D O R$
-----
01 0101000000 RECURSOS ORDINARIOS                12.490.861,36C
02 0101002512 FOLHA INATIVO/PENSIONISTA OUTRO     5.726,72C
03 0112000000 RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PO      3.173.066,48C
04 0254002992 FINANPREV CONT SERVIDOR OUTROS    255.420,86C
05 0258002992 FINANPREV CONT PATRONAL OUTROS  102.889,58C
06 0301000000 RECURSOS ORDINARIOS                21.824,80C
07 0301002512 FOLHA INATIVO/PENSIONISTA OUTRO    1.733.110,53C
08 0306000000 REC.PROV.DE TRANSFERENCIAS-CONV     45.437,54C
09 0310000000 AJUSTE DE DISP FINANC POR FONTE      4.142,07C
10 0312000000 RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PO    1.829.053,57C
11 0320000000 REC.PROP.DO FUNDO EST. DE DEFES      61.929,96C
12 0322000000 REC. DO TESOURO VINCULADOS AO F     198.351,57C
LINHA(LI) PARA DETALHAR : █ DATA INICIAL : _____ DATA FINAL : _____
```

31º Passo: O usuário deverá selecionar com um “X” a opção CONSULTAS e teclar “ENTER”.

```
SIAFEM2017-CONTAB ( CONTABILIDADE )
USUARIO: LAISE

MARQUE COM 'X' A OPCAO DESEJADA E TECLE 'ENTER'
( X )   CONSULTAS   CONSULTAS

COMANDO ==> █
PF1=AJUDA PF3=SAIDA
```

32º Passo: O usuário deverá selecionar com um “X” a opção DETACONTA e teclar “ENTER”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00
Data da Última Versão: 20/11/2018

```
__ SIAPEM2017-CONTAS,CONSULTAS ( CONSULTAS )
USUARIO: LAISE

MARQUE COM 'X' A OPCAO DESEJADA E TECLE 'ENTER'

( _ ) -> BALANCETE BALANCETE CONTABIL
( _ ) -> BALANCETEG BALANCETE GERAL DO ESTADO
( _ ) -> BALANSINT BALANCO SINTETICO POR ORGAO
( _ ) -> BALANSINTV BALANCO SINTETICO-VER.ANTERIOR
( _ ) -> CONDETAUG BALANCETE DETALHADO POR UG
( _ ) -> CONINCONS CONSULTA CONTAS INCONSISTENTES
( _ ) -> CONSALDO CONSULTA SALDO INVERT./DIF.
( _ ) -> DETABALAN DETALHA BALACETE
( X ) -> DETACONTA DETALHA CONTA CONTABIL CONTINUA

COMANDO ==>
PF1=AJUDA PF3=SAIDA
```

33º Passo: o usuário deverá preencher:

- o campo “Unidade Gestora” com o número 040101 ou 040102;
- o campo “Gestão” sempre com o número 00001;
- o campo “Mês/Ano” sempre com a expressão “DEZ”, visto a necessidade de obter os demonstrativos finalizados, quanto a gestão;
- o campo “Conta Contábil” com o número “821110000”;
- o campo “Opção” com o número “1”; e
- teclar “ENTER” duas vezes.

```
__ SIAPEM2017-CONTAS,CONSULTAS,DETAONTA ( DETALHA CONTA CONTABIL )
USUARIO: LAISE

UNIDADE GESTORA : 040101
GESTAO          : 00001
MES/ANO         : DEZ 2017
CONTA CONTABIL  : 821110000
CONTA CORRENTE  : _____
OPCAO           : 1      1 - DETALHADA      2 - SALDO
                  3 - INVERSAO DE SALDO  4 - SALDO ZERO
                  5 - SALDO MAIOR ZERO

033172BW
```

34º Passo: Nestas próximas duas telas, o usuário poderá fazer uma análise mais detalhada, por conta, dos recursos que originaram o déficit ou o superávit financeiro.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00

Data da Última Versão:
20/11/2018

```
SIAFEM2017-CONTAB,CONSULTAS,DETACONTA ( DETALHA CONTA CONTABIL )
CONSULTA EM 10/10/2018 AS 15:54      TELA: 001      USUARIO: LAISE
UNIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO
GESTAO          : 00001 - GOVERNO DO ESTADO DO PARA
POSICAO         : DEZEMBRO - ANO ENCERRADO
CONTA           : 821110000 - = DISPONIBILIDADE P/DESTINACAO DE RECURSOS
LI CONTA CORRENTE CONTABIL          S A L D O R$
-----
01 0101000000 RECURSOS ORDINARIOS 12.490.861,36C
02 0101002512 FOLHA INATIVO/PENSIONISTA OUTRO 5.726,72C
03 0112000000 RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PO 3.173.066,48C
04 0254002992 FINANPREV CONT SERVIDOR OUTROS 255.420,86C
05 0258002992 FINANPREV CONT PATRONAL OUTROS 102.889,58C
06 0301000000 RECURSOS ORDINARIOS 21.824,80C
07 0301002512 FOLHA INATIVO/PENSIONISTA OUTRO 1.733.110,53C
08 0306000000 REC.PROV.DE TRANSFERENCIAS-CONV 45.437,54C
09 0310000000 AJUSTE DE DISP FINANC POR FONTE 4.142,07C
10 0312000000 RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PO 1.829.053,57C
11 0320000000 REC.PROP.DO FUNDO EST. DE DEFES 61.929,96C
12 0322000000 REC. DO TESOUREO VINCULADOS AO F 198.351,57C
LINHA(LI) PARA DETALHAR : █ DATA INICIAL : _____ DATA FINAL : _____
```

```
040101 / 00001 - TJE - 82111 00 00 TELA: 002
01 0654000000 RECUR.PROP.FUNDO FINAN.PREV.EST 0,02C
02 0654002992 FINANPREV CONT SERVIDOR OUTROS 19.235,26C
03 0654002993 RECURSO PROPRIO DO FUNDO CAPITA 19.079,71C
04 0658002992 FINANPREV CONT PATRONAL OUTROS 2.547.888,67C
05 0660000000 REC.PROV.TRANSFERENCIAS DE CONV 1.036,60C
TOTAL : 22.509.055,30C
LINHA(LI) PARA DETALHAR : █ DATA INICIAL : _____ DATA FINAL : _____
```

A Resolução TCE nº 18.975/2018 relaciona como documento obrigatório a Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme a Lei nº 4.320/64 e MCASP, contendo: Modelo Sintético e Modelo Analítico.

35º Passo: para obter a Demonstração das Variações Patrimoniais o usuário deverá preencher:

- o campo “Unidade Gestora” com o número 040101 ou 040102;
- o campo “Gestão” sempre com o número 00001;
- o campo “Mês de Referência” sempre com a expressão “DEZ”, visto a necessidade de obter os demonstrativos finalizados, quanto a gestão;
- o campo “Tipo de Balanço” com o número “3”; e
- E teclar “ENTER” duas vezes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00
Data da Última Versão: 20/11/2018

```
SIAFEM2017-CONTAB,CONSULTAS,BALANSINT ( BALANCO SINTETICO POR ORGAO )
CONSULTA EM 09/10/2018 AS 13:36          USUARIO : LAISE
DCASP 7a EDIÇÃO

ORGAO :
UNIDADE GESTORA : 040101
GESTAO : 00001
MES DE REFERENCIA : DEZ
TIPO DE BALANCO : 3 1 - BALANCO FINANCEIRO
                    2 - BALANCO PATRIMONIAL
                    3 - VARIACAO PATRIMONIAL
                    4 - BALANCO ORCAMENTARIO
                    5 - DEMONSTRACAO DOS FLUXOS DE CAIXA
                    8 - DEMONSTRACAO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

TIPO DE ADMINISTRACAO: _ 1 - DIRETA          2 - DIRETA + FUNDOS
                        3 - AUTARQUIA       4 - FUNDACAO
                        5 - EMPRESA PUBLICA 6 - ECONOMIA MISTA
                        7 - FUNDOS

TIPO DE PODER : _ 1-Executivo 2-Legislativo 3-Judiciário 4-Min.Público
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO: 8 (7a Edição)
```

36º Passo: Nesta tela, o usuário terá informações quanto às variações patrimoniais, variações patrimoniais diminutivas e resultado patrimonial do período.

```
SIAFEM2017-CONTAB,CONSULTAS,BALANSINT ( BALANCO SINTETICO POR ORGAO )
POSICAO ATE: 26ABR2018 AS 21:31          USUARIO : LAISE
UNIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO
GESTAO: 00001 GOVERNO DO ESTADO DO PARA          TELA: 1
REFERENCIA: DEZEMBRO                          6a Edição

VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS          993.673.072,89
VALORI.E GANHOS C/ATIVOS E DESINCRP.PASSIVOS   170.364,07
TOTAL DAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) 993.843.436,96

VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS
PESSOAL E ENCARGOS                             887.882.571,65
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS     106.418.948,14
USO DE BENS,SERVIC.E CONSUMO DE CAPITAL FIXO   650.352,43
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS        7.696.738,34
DESVAL.E PERDA DE ATIVOS E INCRP.DE PASSIVOS  725.578,66
TRIBUTARIAS                                   2.436.071,47
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS     662.340,17
TOTAL DAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II) 1.006.472.600,86

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO(III)=(I-II)   -12.629.163,90
```

1.1.1.4 Iniciar Relatório

Descrição

A elaboração do Relatório deve ter início com a análise dos dados extraídos do sistema *Business Objects* – BO e do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM (item 1.1.1.3).

O Relatório da análise da documentação obrigatória será elaborado observando a seguinte estrutura:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00

Data da Última Versão:
20/11/2018

- **Objeto**

Será objeto deste Relatório a análise dos documentos obrigatórios à Prestação de Contas Anual de Gestão ao TCE/PA.

- **Procedimentos**

São os meios pelos quais serão obtidos os dados a serem analisados.

- **Orçamento**

Serão apresentados os dados relativos à previsão de receita, bem como a fixação das despesas anuais desta Instituição.

- **Execução Orçamentária**

Serão analisados os desdobramentos da arrecadação da receita anual, além das despesas realizadas no período.

- **Unidades Gestoras**

A partir deste tópico as análises dos dados serão feitas conforme a respectiva Unidade Gestora (040101- RECURSO TESOURO e 040102 - RECURSO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO)

Serão averiguadas as informações a respeito dos seguintes itens:

1. Gestão Orçamentária;
2. Gestão Financeira; e
3. Gestão Patrimonial.

- **Demais assuntos pertinentes**

Caso haja, no período compreendido na prestação de contas, fatos de notória relevância que enseje em alterações palpáveis nas contas apresentadas, serão analisados neste tópico conforme análise da unidade de controle interno.

- **Considerações Finais**



Será realizado um apanhado sobre as informações contidas no relatório, cotejando os dados em uma análise gerencial, apontando a aprovação, ou não, das contas de gestão apresentadas.

1.1.1.5 Analisar documentação enviada

Descrição

Após o envio da documentação obrigatória solicitada, a unidade de controle interno realizará análise da legalidade, legitimidade e economicidade da gestão em relação a padrões normativos e operacionais, expressos nas normas e regulamentos aplicáveis.

Os itens definidos em lei e/ou normativos serão analisados sob os aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade. Os itens não normatizados serão analisados segundo critérios de legitimidade e economicidade.

Tantos os itens positivados, quanto os itens não normatizados, serão objetos de análise mais substancial pela unidade de controle interno no intuito de identificar e corrigir falhas e irregularidades.

1.1.1.6 Finalizar Relatório

Descrição

Nesta etapa, após análise da documentação obrigatória enviada por cada uma das unidades listadas no item 1.1.1.2, a unidade de controle interno deverá comunicar à unidade gestora responsável pela juntada da documentação ao sistema e-Jurisdicionado acerca da conformidade da documentação para, então, anexá-la ao sistema.

A unidade de controle interno deverá verificar a anexação da documentação ao sistema, certificando-se de sua completude, e em seguida procederá à finalização do Relatório da unidade, complementando-o, caso seja necessário, com as informações obtidas mediante análise da documentação completa anexada ao sistema.



Uma vez finalizado, o Relatório servirá de embasamento para emissão do parecer pelo responsável da unidade de controle interno.

1.1.1.7 Elaborar Relatório de Completude

Descrição

O Relatório sobre a Completude da Prestação de Contas Anual de Gestão deverá ser elaborado pela Secretaria de Controle Interno, e deverá informar se a documentação encaminhada pelas demais unidades contém todas as informações requeridas pelo TCE, conforme listagem contida no item 1.1.1.2 deste Manual.

O Anexo I da Resolução TCE nº 18.975/2017 relaciona, em tabela, os documentos obrigatórios à Prestação de Contas Anual de Gestão. No item 24 da referida tabela foi previsto "relatório da unidade de controle interno sobre a completude da documentação encaminhada na prestação de contas".

Completude remete à qualidade, estado ou propriedade do que é completo, perfeito, acabado. Para fins de elaboração do Relatório, a completude deve ser analisada em dois aspectos:

1. Em relação aos documentos exigidos pela Resolução do TCE, devendo-se verificar se todos os itens foram devidamente anexados nos campos específicos do sistema;
2. Em relação ao conteúdo de cada documento, devendo-se verificar se todos os campos do formulário foram preenchidos, nos casos em que os modelos foram previamente definidos pelo órgão de Controle Externo.

Assim, o Relatório deverá ser elaborado após a juntada no sistema e-Jurisdicionado da documentação requerida pelo órgão de controle externo.

O Relatório sobre a Completude da Prestação de Contas de Gestão Anual tem por finalidade:

1. Verificar a existência, integridade e completude dos documentos exigidos pelo TCE, e se estes encontram-se disponíveis para futuras apreciações pela Secretaria de Controle Interno ou pelo órgão de Controle Externo;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00

Data da Última Versão:
20/11/2018

2. Verificar se foram observados os aspectos, conteúdo, formato, tamanho e modelos eletrônicos estabelecidos nos anexos da Resolução para Prestação de Contas por meio do sistema e-Jurisdicionado;
3. Informar se a Prestação de Contas apresenta a completude almejada/necessária ou, em caso de ausência de algum documento ou informação, se a unidade ou servidor responsável apresentou as devidas justificativas, para efetivar o envio ao TCE.

O Relatório deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos:

1. Capa, em página separada:

- Timbre do órgão no cabeçalho, seguido dos nomes em caixa alta do órgão ("TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ") e do setor ("SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO");
- Título do relatório ("Relatório sobre a Completude da Prestação de Contas Anual de Gestão"), centralizado no meio da página;
- Mês e ano de entrega, centralizado no final da página.

2. Relatório:

- Introdução, contendo dados gerais e contextualização do relatório, com detalhamento das informações sobre a instituição e relato das atividades desenvolvidas;
- Análise acerca da existência, integridade e completude dos documentos exigidos, listados na ordem em que foram anexados no sistema e-Jurisdicionado, com a descrição dos documentos de cada item, o servidor responsável, com matrícula e lotação, e a verificação do formato em que o documento foi anexado no sistema, devendo-se destacar a ausência de documentos e informações, bem como as justificativas apresentadas;
- Considerações finais, de forma clara, objetiva e sucinta, deverão recapitular os termos-chaves da introdução e apresentar a posição da equipe sobre a completude da documentação constante da prestação de



contas, podendo apresentar, eventualmente, sugestões de melhorias para o órgão;

- Registro de local e data e assinatura da equipe responsável pela análise das informações e elaboração do relatório.

1.1.1.8 Elaborar Parecer

Descrição

O parecer é o instrumento pelo qual a unidade de controle interno emite sua manifestação fundamentada acerca da regularidade da prestação de contas anual de gestão da Instituição. É elaborado pelo responsável pela unidade de controle interno e acompanha os relatórios de completude e o relatório daquela unidade.

1.1.1.9 Anexar Relatórios e Parecer

Descrição

Nesta etapa da Prestação de Contas, os documentos obrigatórios, após análise e aprovação da unidade de controle interno, já se encontrarão anexados ao sistema, restando à unidade de controle interno juntar, nos campos específicos, os documentos sob sua responsabilidade: Relatório e Parecer da unidade de controle interno e Relatório sobre a completude da documentação encaminhada na prestação de contas.

Também, são verificados se constam no sistema de envio os anexos de todos os documentos obrigatórios à prestação de contas. Caso haja campo específico não preenchido, deverá, obrigatoriamente, constar justificativa para o não preenchimento.



1.1.1.10 Enviar Prestação de Contas

Descrição

A prestação de contas anual de gestão deverá ser encaminhada por meio do módulo Contas de Gestão do sistema eletrônico e-Jurisdicionado.

De acordo com o art. 7º da Resolução nº 18.975, o dirigente máximo da unidade jurisdicionada é o responsável pelo encaminhamento das contas de suas unidades internas e unidades gestoras, de contrato de gestão do qual seja supervisor, bem como das contas de fundo estadual sob sua responsabilidade. No Tribunal de Justiça do Estado do Pará, considera-se dirigente máximo o Presidente em exercício.

Contudo, a operacionalização do sistema e-Jurisdicionado foi delegada aos responsáveis pelas Secretarias de Planejamento, Coordenação e Finanças e de Controle Interno, por meio da Portaria nº 0976/2018 – GP, publicada na Edição nº 6382/2018 do Diário da Justiça, de 12 de março de 2018.

Desta feita, o encaminhamento da prestação de contas anual de gestão deverá ser feito pelo responsável pela Secretaria de Controle Interno, após a conclusão e anexação no sistema do Relatório e Parecer da unidade de controle interno e do Relatório sobre a completude da documentação.

Após a transmissão da prestação de contas ao TCE, através do sistema e-Jurisdicionado, ou através de qualquer outro meio de envio disponibilizado pelo órgão de controle externo, deverá ser salvo o comprovante emitido pelo sistema, denominado "Comprovante: Envio de remessa".

Após o envio da prestação de contas, deverão ser encaminhados à Douta Presidência, por meio de memorando, os seguintes documentos:

1. Relatório de Gestão;
2. Relatório da unidade de controle interno;
3. Parecer da unidade de controle interno; e
4. Relatório sobre a completude.

Uma cópia do referido memorando deverá ser salva e arquivada na pasta da prestação de contas do exercício, na rede interna da Secretaria.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Versão: 01.00
Data da Última Versão: 20/11/2018

Arquivo anexo

[Comprovante de Envio de Remessa.pdf](#)